**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO 2018 DO CONSELHO ESTADUAL**

 **DA CONDIÇÃO FEMININA**

Aos 07 (sete) dias do mês de Fevereiro de 2018, realizou-se a 1ª reunião ordinária do ano, sob o comando da presidente Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister (Mariazinha), que iniciou os trabalhos cumprimentando a todas e pedindo as bênçãos de Deus, neste ano que se inicia. Ordenando-me na sequencia que promovesse a leitura da ata de dezembro de 2017. Ata esta aprovada com pequenas correções, pelas conselheiras presentes, adiante elencadas: Ana Maria Lanatovitz, Ana Karen Dias Warzeé Mattos ,Aparecida Maria Prado, Clarice Maria de Jesus D’Urso, Deborah Bittencourt Malheiros, Elisabeth Valente, Elizabeth Russo Nogueira de Andrade, Eliza Gabriel da Costa ,Erika Zoeller Véras, Fabíola de Campos Braga Mattozinho, Katia Cristina Rodrigues Silva ,Margarete Gonçalves Pedroso, Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Maria Augusta Caitano dos Santos Marques, Marisa Ferreira da Silva Lima ,Marli Parada, Marly Lautenschlager Cortez Alvez, Meire Nogueira Ferreira Rocha, Mildima Ferreira Lima, Rosmary Corrêa, Tânia Gonçalves, Valquiria Prando A presidente seguiu lendo as justificativas das ausentes: Paula Sant’anna Machado de Souza (aguardando substituição pela secretaria), Rossana Rodrigues Camacho, Sandra Andreoni, Vera Golik. As conselheiras sem justificativa oficial foram: Maria Thereza Suzano Ortale, Liv Nakashima, Márcia de Campos Pereira e Maria Aparecida de Souza Costa Silva. A presidente destacou a comunicação da conselheira Rossana Camacho, que pretende se candidatar a cargo público nas próximas eleições, para tanto aguarda a confirmação de sua escolha pelo partido, que deverá ocorrer até o final do corrente mês, assim caso se confirme, a conselheira comunicará seu afastamento do CECF, diante da exigência legal. A presidente lembrou que as justificativas devem ser feitas via e-mail antecipadamente, ou nos imprevistos, até a 2ª chamada via telefone, atos que se não ocorrerem no tempo, será computada a falta da conselheira, conforme previsão regimental. Continuando a presidente Maria dos Anjos, orientou as presentes sobre a necessidade na ocorrência, de se registrar os números de telefones em planilha própria, exigência da secretaria da justiça, quando houver necessidade do uso dos mesmos durante a permanência no CECF. Neste momento, a presidente lembrou que para o andamento da construção do site do CECF, sob a responsabilidade da secretaria, se faz necessário o envio de fotografia em resolução apropriada para tal fim, acompanhada de sucinto *curriculum*, solicitação já feita anteriormente, lembrou, e, acrescentou que não serão cobradas novamente, contando com a responsabilidade de cada uma. Seguiu a presidente determinando a composição das comissões que ficaram pendentes na reunião anterior. Elencando-as. Lembrando que a comissão da saúde ficou composta, tendo se reunido em janeiro, assim a presidente passou a palavra para a presidente da comissão, a conselheira Fabíola Mattozinho, que apresentou de forma resumida relatório sobre levantamento das necessidades na área de saúde da mulher, fornecendo dados da cidade de Santos, onde atua fortemente e São Paulo, e, informou às presentes, dados sobre a 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres, realizada nos dias 6, 7 e 8 de junho de 2017, no município de Águas de Lindóia da qual participou a conselheira e a integrante desta comissão Marisa Ferreira da Silva Lima, evento que culminou em 12 propostas estaduais distribuídas nos sub eixos temáticos: **I-** O papel do Estado no Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres; **II-** O mundo do trabalho e suas conseqüências na vida e na saúde das mulheres; **III** Vulnerabilidade e equidades na vida e na saúde das mulheres; **IV**- Políticas públicas para mulheres e participação social, temas que serviram de ferramentas para a comissão analisar e discutir a realidade da prestação de serviços pelo estado nesta área, principalmente nos pontos abordados pelas propostas da Conferência da Saúde da mulher, quais sejam, mortalidade materno-infantil, violência contra as mulheres, violência contra os profissionais da saúde, protocolos existentes e a real aplicabilidade, saúde reprodutiva (métodos contraceptivos, laqueadura, DST) percepção dos profissionais de saúde no atendimento à mulher diante em situações de vulnerabilidade, bem como formação destes. Fabíola lembrou que mesmo com a existência de protocolos na hora de atendimentos, a exemplo no parto, estes não são aplicados. Assim é de extrema importância a capacitação dos profissionais. Para tanto, se faz necessário que os conselhos municipais, muitos inoperantes, salientou Fabíola, impedindo as discussões das mulheres por falta de espaço. Informou dos partos domiciliares, recorrentes e em crescimento em todo o estado, porém, com muitos problemas a serem enfrentados; a exemplo, na cidade de Ribeirão Preto, onde há a exigência da parturiente comprovar a gestação completa, por temor ao tráfico de pessoas. Preocupação válida, mas que põe em risco uma alternativa de serviço que deve ser mantida, evitando o sofrimento e a violência que as parturientes têm sofrido na rede pública. Fabíola Mattozinho, passou então a palavra a conselheira Marisa Ferreira da Silva Lima e integrante desta comissão que discorreu sobre os resultados da precitada conferência, elencando para conhecimento de todas as 12 propostas que integraram o relatório final da Conferência, cujo conhecimento será de muito proveito à todas, assim discorreu pelas **12** propostas : **1.** Garantir a continuidade do SUS resgatando o financiamento que foi garantido pela Constituição Federal de 1988 e a Lei 8.080, com real cumprimento do artigo 198 na sua totalidade, como também a aprovação do “Saúde + 10”, e o cumprimento do pacto federativo, para que o Estado possa também colocar recursos no SAMU e nas UPAS. **2.** Implementação da lei que garante a criação do hospital da mulher regional, contemplando a efetivação dos direitos das mulheres, em especial as em situação de vulnerabilidade/violência. Garantindo a provisão de recursos suficientes para a abertura de serviços especializados de referência a mulher, incluindo a mulher LBT, sem distinção étnico racial, religião, idade, renda, com deficiência, mobilidade reduzida, situação de rua, de privação de liberdade ou em dependência química. Prover maior articulação intersetorial de serviços, unidades de saúde, assistência psicológica, jurídica e promoção social, estando esses serviços capacitados para lidar com questões como o depoimento único, encaminhamento de mulheres em situação de violência para Casa Abrigo, entre outras. **3.** Que Município, Estado e União reconheçam como lei obrigatória e não opcional a licença maternidade de 6 meses (180 dias), garantindo a estabilidade da mulher trabalhadora de pelo menos um ano quando do retorno ao trabalho. **4.** Criar o Estatuto da Mulher, considerando que as mulheres enfrentam discriminação no mercado de trabalho e barreiras para o acesso ao mercado, tais como: cargos inferiores, dificuldades para promoção a cargo de chefia, exerce em sua grande maioria funções análogas a do homem com salários inferiores, bem como a dupla jornada de trabalho com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos, o que reflete na sua saúde, causando um maior desgaste físico e emocional. **5**. Assegurar dentro das empresas públicas e incentivar o setor privado a promoção de ações de prevenção, controle e garantia de acesso ao tratamento do câncer de mama e colo uterino, com a realização de exames preventivos e campanhas de conscientização. O sistema público de saúde deve promover ações para prevenção das doenças do trabalho e melhorar o atendimento público, criando um sistema de atendimento para todas as trabalhadoras, com ou sem carteira assinada, ampliando o atendimento, a oferta e o acesso facilitado aos exames específicos para a população feminina, assegurando o diagnóstico precoce e, nos casos em que for necessário, garantir tratamento. O CEREST deve coletar dados e analisar a situação das doenças do trabalho, considerando raça, etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero, classe, religião, mulheres com deficiência, rurais, urbanas, migrantes, imigrantes, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais de matrizes africanas e de terceiros, assentadas e na agricultura familiar, ciganas, profissionais do sexo e mulheres em situação de rua. **6.** Criação de incentivo financeiro para implantação e implementação de Centro de Referência e Apoio em Saúde da Mulher, que funcione em horários estendidos e alternativos, como aos sábados ou horários diferenciados, bem como o funcionamento da Atenção Básica, com a finalidade de assegurar o acesso e integralidade da assistência à saúde da mulher, com uma equipe multiprofissional, escuta qualificada e atenção para as condições de trabalho, identificação de doenças adquiridas no trabalho e tratamento, além das violências sofridas no ambiente de trabalho. **7.** Promover assistência obstétrica qualificada e humanizada, incentivando a presença de doulas, obstetrizes e enfermeiras obstétricas. Ampliar os programas existentes e estimular a criação de campanhas a fim de prevenir a violência obstétrica desde o início do pré-natal, incluindo situações de aborto e atenção ao abortamento inseguro como forma de reduzir a mortalidade materna e outras violências. **8.** Implantar o Centro de Referência e Tratamento à Mulher Transsexual e Travesti (CRTT) de forma regional e municipal, garantindo o processo transsexualizador com dotação orçamentária das três esferas de governo, com garantia de capacitação dos trabalhadores de saúde para o atendimento e acolhimento dessa população, respeitando o uso do nome social, identidade de gênero e pertencimento étnico-racial. **9**. Assegurar nas três esferas o acesso e cuidado da saúde às mulheres em situação de alta vulnerabilidade, inclusive em situação de rua, com ou sem necessidades e demandas relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas, trabalhando para adequar processos de trabalho, fluxos, ações de formação e de Educação Permanente em Saúde, com vistas a minimizar preconceitos e atos que resultem em violência institucional e comprometam a qualidade do cuidado, buscando fortalecer o acolhimento nos equipamentos de saúde, de acordo com critérios de avaliação de gravidade, risco e vulnerabilidade. **10.** Ampliar a estrutura e os recursos humanos garantindo aos profissionais de saúde melhores condições de trabalho (ambientes adequados, logística, reconhecimento, remuneração), e que seja cumprido o dimensionamento dos profissionais e adequação para os profissionais de enfermagem, fonoaudiólogos, psicólogos, farmacêuticos e nutricionais, bem como jornada de trabalho de 30 horas para profissionais da saúde que na sua maioria são mulheres, além da garantia de 1% do PIB municipal, estadual e da união para políticas públicas voltadas às mulheres. **11**. Garantir a execução da Lei Federal 12.732/2012, que estabelece o prazo máximo de 60 dias para atendimento das neoplasias malignas, inclusive o câncer de mama, assegurando retorno e conhecimento das mamografias laudadas realizadas em campanhas, realização de outros exames específicos, disponibilidade de medicamentos prescritos e tratamento adequado inclusive biopsicossocial da mulher com câncer, bem como a garantir referências oncológicas para continuidade do tratamento nos moldes da lei federal. **12.** Ampliar a implementação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e Rede de Serviços de Atendimento às mulheres incluindo a diversidade de gêneros, efetivando o cumprimento na integra da Lei 11.340/2006 (Maria da Penha) em todos os municípios independentemente do número de habitantes, com atendimento diário de 24 horas por equipe multiprofissional capacitada para acolhimento das vítimas e do agressor, monitorado pelo controle social. Marisa, com muita propriedade teceu suas considerações sobre os temas, destacando as dificuldades de fazer se entender quanto a questão coletiva, pois as mulheres tendem a visualizar apenas os problemas próprios, distanciando-se do coletivo. Lembrou que há falta de mobilização das mulheres, apesar do aumento dos casos. Daí a importância do fortalecimento dos conselhos municipais. Sobre o idealizado hospital regional, lembrou que a instalação de apenas ultra som, ginecologia e colcoscopia, não são suficientes para caracterizar-se como serviço regional, aliás, ponderou “longe do ideal”. Seguiu informando que o modelo do referendado Hospital Pérola Byington, poderia ser replicado, mas não é a realidade. Marisa apontou e destacou da importância da obrigatoriedade dos 180 dias de licença maternidade e o estatuto da mulher, capacitação de grupos, temas de discussões e propostas dos eixos da Conferência de Saúde, por relevantes. Encaminhando-se para o final de sua esclarecedora e doutrinadora exposição, Marisa pediu apoio do CECF e suas integrantes, na luta pelo aborto legal. Rosmary Correa, na oportunidade lembrou-se do projeto “Bem me quer”, que transporta a vítima de violência sexual da delegacia para o Hospital Pérola Byngton. Marisa continuou falando do programa de fertilização “*in vitro”,* uma necessidade e um direito das mulheres, que infelizmente não é atendido pelo SUS. Por fim, citou o projeto Sala de Espera, organizado pela Dra. Albertina Duarte, via “webconferência”, para todo estado que tem promovido grandes resultados. A comissão de saúde pretende reunir-se novamente neste mês, para dar encaminhamentos e materializar seus anseios como comissão. A presidente Maria agradeceu a explanação das conselheiras Fabíola Mattozinho e Marisa Ferreira da Silva Lima pelos seus ensinamentos. E emendou agradecendo também a presença da conselheira Míldima Ferreira Lima parabenizando-a pela rápida recuperação, do AVC, que foi acometida no mês de Dezembro. Beth Russo, falou do “valor simbólico” do nosso tempo, que são a soma de nossas experiências e conhecimentos. Conceito importante para alardear um fato que presenciou dentro do Hospital Albert Einsten, do qual discordou, onde as enfermeiras trazem a inscrição em seus crachás de “Enfermeiro”, lembrando inclusive, que tal procedimento fere a Lei 12.605/12 na qual em seu Art. 1o , temos que “*As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido”.* Realidade respeitada pelas instituições e pelas profissões em sua maioria. Sugerindo que o CECF, no mínimo, se posicione via carta dirigida ao hospital descumpridor. Fabíola Mattozinho, como enfermeira e integrante do Coren, manifestou seu descontentamento e conhecimento do fato. Seguiu chamando à atenção para o livro oferta do em cortesia à todas as conselheiras presentes intitulado “Bioética e a violência contra a mulher” editado pelo CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Ainda requereu da presidente autorização para dar andamento aos encaminhamentos da recém criada comissão da saúde, a qual preside, no que foi imediatamente autorizada, com a lembrança da conselheira e ex-presidente Rosmary Correa, de que o CECF, não é deliberativo regimentalmente, podendo apenas darmos encaminhamentos aos órgãos competentes. Seguida pela conselheira Kátia, que justificou suas ausências, devido as dificuldades de disponibilidade nos meses anteriores, por força das atribulações no âmbito sindical, no qual atua. Explicou na sequencia que no mês de março sobre a questão da saúde da mulher, deverá ocorrer em sua instituição, palestra sobre o tema. Míldima Ferreira Lima, informou que em Poá, no mês de junho, terá um grande evento promovido pela Libra. Quando além do assunto saúde da mulher, deverá ter espaço para discussões sobre o empoderamento da mulher, aproveitando assim a oportunidade para convidar o CECF para marcar presença neste evento, tendo resposta positiva da presidente que bradou “onde o foco for mulher, o CECF estará presente”. Retomando a palavra, a presidente cobrou a conclusão da composição das comissões sugeridas na reunião ordinária anterior, elencando-as: **1.** Mulher na Política; **2.** Trafico de Pessoas; **3.** Violência contra Mulher e **4**. Trabalho; todas voltadas para as mulheres e pessoas na condição feminina. Assim foram confirmadas as seguintes composições: A Comissão denominada “Mulher na política” será composta por Beth Russo, Marli Cortez, Rosmary Correa, Elizabete Valente, Fabíola Mattozinho, Deborah Malheiros e Míldima Ferreira Lima; a comissão denominada “Tráfico de Pessoas”, será composta pelas conselheiras Clarice D’Urso, Ana Maria Lanatovitz, Marli Parada e Meire Nogueira; a comissão denominada “Violência contra mulher”, terá como integrantes as conselheiras Meire Nogueira, Elizabeth Russo, Valquiria Prando, Margarete Pedroso, Marli Parada, Mildima Ferreira Lima, Tânia Gonçalves, Érica Zoeller e Rosmary Correa; e a comissão do Trabalho” será composta inicialmente pelas conselheiras por mim Aparecida Maria Prado e Elisabete Valente. Encaminhando-se para o encerrar da primeira reunião ordinária de 2018, a presidente Maria Hellmeister relembrou do projeto “amor e mexas”, que visitou o CECF, meses atrás, do qual teve a oportunidade em evento que participou, reencontrar sua presidente, que pediu sua colaboração na distribuição das urnas de captação de cabelos para a confecção de perucas, destinadas as mulheres vítimas de câncer, quando a instituição Sindbeleza, também presidido por Maria dos Anjos, adotou uma unidade em amparo a causa. Beth Russo aproveitou informando que já está disponível no mercado, uma espécie de “capacete” terapêutico que impede a queda de cabelos nas circunstâncias citadas, ressaltando que deveria ser tal equipamento disponibilizado na rede pública. Marly Cortez, esclareceu que tem se notícia que o referido equipamento, não é totalmente eficaz ou os resultados variam de paciente para paciente. Maria Hellmeister em nome do Sindbeleza, mantém parceria com um profissional que atende as mulheres necessitadas, mas faltam-lhe o produto “cabelo” para a confecção das perucas. Marli Parada, repisou lembrando da visita da representante do “amor e mexas”. Ana Lanatovitz, falou da parceria do projeto com a OAB, pela Coordenadoria de Ação Social, da qual a conselheira Clarice D’Urso é presidente. A presidente deu sequencia aos trabalhos, informando que o CECF em 04 de abril, completará 35 anos de profícua existência, assim, data de tamanha importância, merece comemoração especial para marcar a trajetória do CECF. Seguiram-se diversas sugestões para compor a data festiva. A conselheira Marisa Ferreira da Silva Lima sugeriu que o mês deveria alardear o trabalho do CECF na mídia e no dia determinado para o evento marcante, sugeriu a realização de uma roda de conversa, o qual também serviria para divulgar nosso trabalho; Clarice D’Urso, sugeriu por sua experiência uma caminhada, acompanhada de camisetas e faixas, eu Cida Prado, concordando com a conselheira Marisa Ferreira da Silva Lima enalteci sobre a importância da divulgação na mídia, que poderia se alastrar através da rede de contatos de todas, bem como em apoio a ideia da Clarice, sugeri que o evento se iniciasse no Parque Ibirapuera, local de grande frequência e foco da mídia, nas atividades esportistas; Mildima Ferreira Lima lembrou da artesã Edna Vassalo, que oferta em eventos do movimento colares as participantes tipo “pérola”, a qual poderia também palestrar; Beth Russo alertou para o fato de que a data de 04 de abril, é posterior ao efusivo e requisitado mês de março para todas conselheiras, bem como de toda as mulheres da sociedade envolvidas nas causas femininas, assim decidiu por apoiar a ideia da conselheira Clarice D’Urso, acompanhada da mídia e tempo para divulgação. Rosmary Correa lembrou que a haverá troca de secretários proximamente a data, portanto, sugeriu agendarmos reuniões com os secretários, levando um “release” sobre o CECF, que poderia ocupar uma vez por semana a agenda do CECF. Porém alertou que antes da saída do governador, seria oportuno visitá-lo com todas as integrantes, para que ele conheça a nova composição; Marisa Ferreira da Silva Lima falou que há secretarias que sequer conhecem a existência do conselho; Maria dos Anjos salientou que “não pode perder a oportunidade de fazer algo solene”, assim para melhor direcionamento das propostas e objetivando melhor resultado, sugeriu a formação de uma pequena comissão para formatar as comemorações dos 35 anos do CECF. Elisabete Valente, sugeriu uma “virada” do CECF, englobando conversas e outras atividades no sábado, onde há maior disponibilidade de todos; Kátia Cristina Rodrigues Silva sugeriu um vídeo institucional, no qual seria mostrado quem somos e o que fazemos, a ser divulgado nas redes de contato, completando e amparando a ideia por mim sugerida. Após ouvir todas que se dispuseram a opinar a presidente Maria dos Anjos sugeriu que a temporária comissão, sem a menor dúvida, deveria ser presidida por Ana Lanatovitz, que coleciona sucessos em sua trajetória na organização de eventos. Aceito o encargo por Ana Maria seguiram-se as candidaturas de Meire Nogueira, Clarice D’Urso, Marli Parada e Maria dos Anjos para a composição, confirmadas. Rose sugeriu que de imediato seja agendada a visita com o governador. Mariazinha é partidária de que homenagens devam ser feitas em vida, sugerindo que na oportunidade do evento comemorativo, sejam homenageadas todas as ex-presidentes do CECF, por suas contribuições na história deste conselho. Fabíola Mattozinho, lembrou que dia 07 de abril é dia da Saúde. Maria dos Anjos falou do evento da Mulher Imigrante, coordenado pela Dra. Albertina Duarte, em 19/02/18 no Centro Rebouças, das 9:00 h às 14:00 horas. Informou ainda que no passado o evento Medalha Ruth Cardoso, teve sede no Palácio dos Bandeirantes, e que, dias passados reuniu-se com o chefe da casa civil, Dr. Tiago Moraes, para tratar das publicações em atraso e sobre a possibilidade do Medalha Ruth Cardoso, ocorrer lá novamente, no que foi recebida com entusiasmo por Tiago, acenado um “talvez” como resposta. Encerrando a pauta a presidente Maria dos Anjos e outras Conselheiras escolheram e pré agendaram para 26 de março de 2018, os dois eventos coligados Medalha Ruth Cardoso e comemoração dos 35 anos do CECF.

Eu relatora, após o convite para a tradicional foto, em tempo, noticiei sobre uma triste observação de integrantes da GCM e PM, que numa conversa informal, demonstraram desinformação total sobre os rumos e os motivos da triste realidade da violência contra mulher, além dos problemas enfrentados pela população transgênero, sugerindo que se possível, estes órgãos capacite seus agentes, pois a falta de conhecimento, apenas faz aumentar os problemas nestas áreas.

Dando por encerrada a reunião a presidente Maria dos Anjos convocou à todas para as fotos de registro e vídeo contendo mensagem do CECF, para divulgação nas redes sociais..Eu Aparecida Maria Prado, secretária geral lavrei e assinei\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ a presente ata, que será lida e aprovada por todas as conselheiras oportunamente.

**MARIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER**

Presidente